

ETAPAS DO POPULISMO NA AMÉRICA LATINA

ETAPAS DEL POPULISMO EN AMÉRICA LATINA

STAGES OF POPULISM IN LATIN AMERICA



Matheus Silveira LIMA¹
e-mail: matheus.lima@uesb.edu.br

Como referenciar este artigo:

LIMA, M. S. Etapas do populismo na América Latina. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 13, n. 00, e024004, 2024. e-ISSN: 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v13i00.19601>



| **Submetido em:** 26/08/2024
| **Revisões requeridas em:** 15/10/2024
| **Aprovado em:** 20/10/2024
| **Publicado em:** 13/11/2024

Editor: Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista – BA – Brasil. Professor Pleno de Ciência Política.

RESUMO: O presente artigo apresenta três momentos marcantes do populismo, em que duas ideias merecem ser esclarecidas mais a fundo: o populismo se desenvolve na América Latina como possibilidade de modernização, tornada possível através da mudança de eixo dos mecanismos de dominação, do velho colonialismo europeu, para o capitalismo financeiro norte-americano. A outra questão diz respeito à correlação entre o populismo e o patrimonialismo, na medida em que ambos trazem progressos, mas se “congelam” e tornam-se empecilhos para novos avanços, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da sociedade civil organizada. Por isso, em grande medida, passam a receber uma leitura conceitual e acadêmica bastante negativa. Nesse sentido, entender o populismo é fazer permanentemente um movimento histórico, de idas e vindas, entre política e economia, para compreender a América Latina em suas especificidades, seus descarrilamentos e retomadas aceleradas de movimento em busca de um futuro idealizado.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo. Desenvolvimento. Capitalismo. Latinoamerica.

RESUMEN: *Este artículo presenta tres momentos llamativos del populismo, en los que dos ideas merecen ser aclaradas con mayor profundidad: el populismo desarrollado en América-Latina como una posibilidad de modernización, posible a través del cambio de eje de los mecanismos de dominación, del viejo colonialismo europeo para el capitalismo financiero norteamericano. La otra cuestión tiene que ver con la correlación entre populismo y patrimonialismo, en el sentido de que ambos traen progreso, pero se “congelan” y se convierten en obstáculos para nuevos avances, especialmente en lo que respecta al fortalecimiento de la sociedad civil organizada. Por tanto, en gran medida, empiezan a recibir una interpretación conceptual y académica muy negativa. En este sentido, entender el populismo significa hacer permanentemente un movimiento histórico, de ida y vuelta, entre política y economía, para comprender a América Latina en sus especificidades, sus descarrilamientos y aceleradas reanudaciones de movimiento en busca de un futuro idealizado*

PALABRAS CLAVE: *Populismo. Desarrollo. Capitalismo. Latinoamérica.*

ABSTRACT: *This article presents three striking moments of populism, in which two ideas deserve to be clarified in more depth: populism developed in Latin America as a possibility of modernization, made possible through the change of axis of the mechanisms of domination, of the old European colonialism, for North American financial capitalism. The other issue concerns the correlation between populism and patrimonialism, in that both bring progress, but “freeze” and become obstacles to new advances, especially with regard to strengthening organized civil society. Therefore, to a large extent, they begin to receive a very negative conceptual and academic interpretation. In this sense, understanding populism means permanently making a historical movement, back and forth, between politics and economics, to understand Latin America in its specificities, derailments, and accelerated resumptions of movement in search of an idealized future.*

KEYWORDS: *Populism. Development. Capitalism. Latin America.*

Introdução

Muito embora não seja raro diferenciar o Brasil dos demais países latino-americanos em termos institucionais e históricos (Rangel, 1981), especialmente quando se enfatiza a mística revolucionária que atravessa os diversos momentos da formação continental, o século XX tratou de aproximar, e em muitos aspectos até mesmo igualar, as condições em que o Brasil desenvolve sua cultura política em estrita proximidade com seus vizinhos.

Cabe destaque nesse quesito o tema do populismo, um conceito amplo e impreciso, mas imprescindível para se entender sob quais condições o continente latino-americano acelerou o seu tempo histórico e encontrou atalhos para a superação de sua estrutura ainda predominantemente pré-capitalista até as primeiras décadas do século XX.

De início, cabe enfatizar que as reminiscências do passado colonial ao longo do século XIX foram mitigadas por uma nova geopolítica da dominação, que foi migrando da Europa para os Estados Unidos e, nesse bojo, a velha forma de *colonialismo* de tipo territorialista deu lugar a um imperialismo que trazia consigo elementos mais avançados do capitalismo, o que incluía uma dominação mais financeirizada.

Central para esse entendimento é a definição de “capitalismo” e “territorialismo” como modos opostos de governo ou de lógica de poder. Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital (Arrighi: 2013, p. 33).

Essa distinção, aqui reduzida a apenas dois termos, permite uma comparação entre essas duas formas de dominação a partir de um contraste com o continente africano, onde o colonialismo europeu de tipo territorialista manteve suas garras e impediu uma superação do pré-capitalismo pelas vias do populismo, como aconteceu na América Latina².

² No Capítulo 1, “A industrialização tardia”, Alice Amsden (2004, p. 39) traz um gráfico que permite mensurar o PIB per Capita do continente Latino-americano em contraste com o da África e, resumidamente, apresenta as seguintes razões: em 1870 a África produzia U\$450 frente a 760 da América Latina. Em 1913 seria 575/1.439 já em 1950 U\$830/2.487, passando em 1973 a U\$1.311/4.387 e, finalmente, em 1995 chegou a uma diferença de U\$1.221/5.031. Em resumo, em 1870, momento em que os dois continentes viviam, de modo geral, sob um modelo parecido de dominação, a África produzia cerca de 59,2% da renda da América Latina e pouco mais de um século depois, em 1995, esses valores apenas chegavam a 24,2%. Ou seja, frente a América Latina, o continente africano ficou 2,4 vezes mais pobre.

Desse modo, uma análise retrospectiva permite contrastar o populismo, mesmo em suas variadas manifestações no contexto latino-americano, com os arranjos políticos e seus desdobramentos econômicos no período anterior à Revolução de 1930, quando o liberalismo, o federalismo e uma forte tendência à descentralização limitavam a capacidade de atuação do Estado brasileiro, restringindo a implementação de soluções que superassem sua condição excessivamente periférica até então.

Conceitualmente, cabe uma analogia com o patrimonialismo português, que tivemos oportunidade de analisar em trabalhos anteriores (Lima, 2007, 2010). Resumidamente, a Coroa portuguesa unifica o seu território como desdobramento da consolidação de sua independência (1383-5), o Estado se centraliza, unifica um orçamento e concentra poderes, que no primeiro momento será um ativo importante de expansão através das navegações e descobertas, que, entretanto, passa a ter um papel de cooptação, através do afidalgamento - das classes potencialmente antagônicas e que desde então amortece conflito e apazigua a luta de classes³, a partir daí se descompassando da incorporação de elementos que – em síntese - podem ser entendidos como a modernidade, como capitalismo e democracia, desenvolvidos antes em Inglaterra e França.

O percurso histórico do populismo no Brasil seguiu um movimento semelhante: por um lado, conferiu ao Estado condições para centralizar poderes e mediar as relações sociais de produção; por outro, impulsionou a incorporação e o desenvolvimento de uma nova matriz produtiva, criando amplas possibilidades de desenvolvimento e acelerando o tempo histórico. No entanto, como no receituário do antigo patrimonialismo ibérico, esse movimento sufocou o surgimento de uma sociedade civil mais forte e organizada, além de cristalizar disparidades regionais e consolidar um modelo de desenvolvimento marcado por uma profunda e persistente desigualdade social. Esse modelo permite ao Estado absorver qualquer possibilidade de oposição ou antagonismo duradouro, seja pelo recrutamento de servidores e pela tutela dos sindicatos, seja por meio de políticas públicas que, historicamente, beneficiaram prioritariamente os não-pobres, seguidos pelos pobres e, apenas recentemente e de forma limitada, os miseráveis (Cohn, 2000).

³ E aqui remetemos a Oliveira Vianna, que via na luta de classes o elemento definidor do aperfeiçoamento institucional que levaria ao capitalismo e a modernidade de modo geral. Onde não havia luta de classes, segundo ele, o elemento privado se impunha sem limites, estrangulando a sociedade. “Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço, incompleto, insólito, com os travejamentos mal-ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio”. (Vianna, 1987, p. 130).

Assim, o que podemos qualificar como a primeira onda do populismo, que no Brasil estará muito ligada a Era Vargas e na Argentina ao Peronismo, terá essa característica de desenvolver vetores importantes da aceleração capitalista conectada a incorporação das massas populares, mas sempre de um espaço previamente definido de atuação que, *grosso modo*, se resumia a incorporação de pautas relevantes da classe trabalhadora e demandas específicas de setores do funcionalismo público, aí incluídos, os militares. No primeiro caso, o conceito de *cidadania regulada* de Wanderley G. dos Santos (1979) segue sendo uma referência importante, ao passo que o conceito de corporativismo, amplamente utilizado, ilumina bastante o processo de recrutamento e estruturação dos tentáculos do setor burocrático que o Estado lança sobre a sociedade, mantendo seu estrito controle.

Por outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas encontra no ideário do populismo um vetor essencial para seu aprimoramento, enfrentando os desafios do contexto, como ocorreu no Brasil após a quebra da bolsa de Nova York em 1929. A partir do ano seguinte, estabeleceu-se um consenso provisório envolvendo um amplo espectro de apoios predominantemente urbanos, de classe média, e concentrados na região centro-sul, a mais dinâmica do país nas últimas décadas. Nesse contexto, emergiu a perspectiva de uma ampla concertação de interesses difusos, mas convergentes, em torno de uma pauta elementar: o papel mais relevante que o Estado brasileiro deveria desempenhar frente aos enormes problemas econômicos e sociais que o mundo inteiro enfrentava naquele momento.

O contexto do surgimento dos fenômenos políticos que marcam a América Latina e se tornaram conhecidos como populismo pode, inicialmente, ser compreendido a partir de *duas ideias-chave*: uma específica do caso brasileiro e outra mais geral da ciência política. A questão que aparece interpretada por Sérgio Buarque de Holanda (1971) em *Raízes do Brasil*, publicado originalmente em 1936, de que o país tinha uma esfera política arcaica, como que uma colonização das cidades pelo campo, de algum modo expressos nos pactos federalistas (e também coronelista⁴), que faziam com que o poder local organizasse todo o sistema, imprimindo-lhe sua lógica e atando as mãos do Estado para questões mais amplas e desafiadoras, para além dos interesses específicos do Complexo Cafeeiro (Cano, 1998).

Quanto à segunda questão, mais geral, a que nos referíamos, diz respeito ao intrincado tema da importância da organização, disciplina e racionalidade para que um corpo político novo pudesse se formar, disputando o poder com reais possibilidades de vencer e impor a hegemonia

⁴ Muito embora o conceito de coronelismo como elemento sistêmico da vida política brasileira só apareça mais de uma década depois com Victor Nunes Leal (1986) e seu livro de 1953.

de uma classe nova. É nesse sentido que os militares serão arrastados a arena política cumprindo outro papel, o de fiador das forças políticas novas que surgiam, representando, inclusive, demandas dos próprios militares e que terão neles um incentivador e depois colaborador nas inúmeras revoluções, quarteladas e insurgências que se tornarão recorrentes no continente latino-americano a partir de então.

Os partidos militaristas reformistas, em países subdesenvolvidos, baseiam-se em uma parte das forças armadas que se rebelam contra o *status quo*, adotando os militares o papel tradicionalmente desempenhado pela burguesia na promoção do desenvolvimento econômico e da reforma social. Sendo muitas vezes o único grupo social de importância que possui certa medida de organização e disciplina, os militares podem oferecer uma combinação de modernização e de autoritarismo essencial, ou pelo menos grandemente propícia, ao desenvolvimento de um país atrasado (Tella, 1983, p. 348).

Sobre esse tema, convém recordar o papel que os militares passaram a exercer nas inúmeras insurreições no Brasil, que na década de 1920 vão se adensar e capilarizar insatisfações mais amplas da sociedade, sendo marcante o papel do movimento tenentista, que estará diretamente ligado tanto à experiência da Coluna Prestes (1924-27) quando da própria Revolução de 1930.

Assim é que a virada promovida a partir de 1930 atinge em cheio as estruturas de uma sociedade desorganizada, com uma política operada por partidos inorgânicos e regionais, incapazes de incorporar tecnologia e novas relações de trabalho, acelerando assim o “devir histórico”. Esses elementos comporão uma agenda que exigirá do Estado brasileiro uma profunda reorganização, viabilizada por um novo pacto que inclua uma diversidade maior de classes sociais, além do até então hegemônico senhoriato rural. Esse pacto, sem desconsiderar os interesses dos setores dominantes, imporá ao Estado um novo conjunto de ações governamentais, impactando diversos aspectos da economia, da política e da sociedade.

Esse período, que marca uma fase inicial do populismo no Brasil em certa sintonia com outros países da América Latina, especialmente México e Argentina, será interpretado como a “Era do Populismo”. Esse momento destaca o caráter policlassista das ações populistas, estabelecendo, contudo, um limite de curto alcance para os interesses da classe trabalhadora. A análise de esquerda enfatiza o caráter conciliador e manipulador do populismo, especialmente em relação aos sindicatos, que passaram a ser conhecidos como “pelegos”, atuando como meros amortecedores de choques e conflitos, desarticulados “por dentro”.

Nesse sentido, o populismo como conceito, dentre os muitos significados que expressa, tem no aspecto reformista e limitador dos interesses da classe trabalhadora - e do ideal correlato de sua emancipação completa, como implicação inevitável da crítica da economia política marxista – o seu sentido mais duradouro, o que o torna um termo a ser evitado, não sendo, assim, reivindicado por nenhuma clivagem ideológica desde o seu surgimento. Na arena da disputa política, existe mais como *pecha* dirigida ao adversário do que como um programa e uma interpretação de mundo capaz de lançar um sentido para a realidade social, atuando explicitamente como momento de transição.

Assim, a primeira fase do populismo, isto é, entre as décadas de 1930 e 1960, é responsável pelas mais importantes teorizações dedicadas ao tema, seja pela sua duração ou pela profundidade das mudanças ocorridas. O tema ressurgirá na América Latina ao longo da década de 1990, dessa vez sem a presença do México, mas com a Argentina e a Venezuela ocupando o primeiro plano das definições e, mais pra frente, já no momento presente, o Brasil sendo uma ilustração fundamental de outra nova fase de compreensão da realidade a partir da chave interpretativa do populismo.

O caso da Argentina tem raízes mais antigas, e uma análise sintética destaca a conjuntura que se inicia com a eleição de Carlos Menem em 1989 e a implementação do Plano Cavallo ao longo de 1991. Esse plano dolarizou a economia do país, funcionando inicialmente como um mecanismo de indexação para conter a hiperinflação, que afetava a moeda então vigente, o Austral. O plano preservou salários e preços ao vinculá-los ao dólar em paridade estrita com a nova moeda, o Peso, cuja estabilidade foi assegurada por meio da chamada Lei da Conversibilidade, um mecanismo jurídico que estabelecia o câmbio fixo. Com a dolarização completa, a hiperinflação foi controlada, e o Peso, atrelado ao dólar, proporcionou um aumento temporário no poder aquisitivo, especialmente para a classe média. Esse mecanismo, mantido artificialmente por vários anos, acabou gerando efeitos bastante prejudiciais para a indústria argentina.

As contradições desse modelo de estabilização econômica eram evidentes, uma vez que associava excessivamente a economia argentina à credibilidade de uma moeda estrangeira forte, no caso, o dólar, sem promover o fortalecimento da moeda nacional. Esse arranjo impediu que o país estabelecesse compromissos atrelados à sua própria moeda, deixando-o vulnerável a crises internacionais, como as ocorridas em 1995, 1997 e 1998. Nesse período, tornou-se claro que a conversibilidade da moeda expunha a economia argentina aos impactos das crises globais. Além disso, a maior parte dos contratos, incluindo tarifas de serviços e aluguéis, também era

dolarizada, aprofundando a dependência econômica em relação ao dólar (Batista Jr., 2002, p. 84).

Os preços eram artificialmente mantidos apenas pelo elemento indexador, que nesse caso era o dólar. Na segunda metade da década de 1990 o modelo mostrava sinais de cansaço, mas no bojo da prosperidade que o país experimentava, o presidente Menem se reelege em 1995 com esse programa de dolarização artificial, que ficaria conhecido como neoliberal, na medida em que as poucas ações que visavam dar equilíbrio orçamentário a economia do país aconteciam sob as condições dadas pelos cortes nos programas sociais e privatizações em massa de empresas estatais.

Havia em todos esses elementos um fazer político que em muito evocava elementos do peronismo, fosse pela prosperidade momentânea que as classes médias e os trabalhadores experimentavam, mas também pelo sentimento de orgulho que a nova condição de acesso a bens importados, uma realidade marcante do passado argentino, voltava a ser um elemento presente no cotidiano das famílias.

Em resumo, o modelo econômico argentino era extremamente popular e conduzido por um líder populista que se empenhou em manter, artificialmente, condições econômicas que favoreciam o consumo, gerando uma prosperidade momentânea, mas insustentável. Essa fragilidade ficou evidente já no início do governo de Fernando de la Rúa, culminando no segundo semestre de 2001 em uma crise profunda. Esse período foi marcado por ataques especulativos, retenção dos depósitos da população nos bancos (o “*corralito*”), queda do PIB e, em seguida, inflação, recessão, desemprego e um colapso econômico de quase 20% em 2002, índice que só seria repetido posteriormente no continente pela Venezuela. À época a esquerda associava a implosão econômica argentina ao *neoliberalismo*, enquanto que a centro-direita, no sentido oposto, sustentava que havia se passado exatamente o contrário: a ausência de reformas verdadeiras do Estado argentino levou à crise de credibilidade, aumento da dívida e, ato contínuo, de todos os indicadores econômicos até a *débâcle* final, ocorrido entre novembro e dezembro do ano de 2001.

Os anos de 2002 e 2003 foram marcados por uma profunda crise econômica na Argentina, com uma recuperação mais vigorosa ocorrendo apenas em 2004, após a eleição de Néstor Kirchner. Seu governo adotou uma nova política econômica heterodoxa que incluiu, sob outro nome, uma auditoria da dívida pública, na prática, um calote aos credores conhecidos como “*Fundos Abutres*”. Essa medida permitiu crescimento econômico graças à maior folga orçamentária, mas impediu o país de contrair novos empréstimos para financiar sua

reestruturação econômica, que passou a depender de esforços internos. A inflação, que em 2019 chegou a 54% ao ano, tem origem nesse período, e já indicava um problema crescente. Os índices começaram a ser manipulados pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos de Argentina* (INDEC), enquanto os salários precisavam ser ajustados pela inflação real, não oficialmente reconhecida pelo governo, para evitar perda de poder aquisitivo. Isso resultou em um descrédito ainda maior do país no mercado internacional de capitais.

Esse movimento tem paralelo com o que ocorria, simultaneamente, em outro vizinho do Brasil, a Venezuela, que desde a eleição de Hugo Chaves em 1999, promove uma mudança profunda em praticamente todos os setores da vida econômica, política e institucional do país, no que ficaria conhecido como *Bolivarianismo*, o que indicava uma refundação do país a partir, também, de uma releitura do passado nacional. O caso venezuelano trazia elementos emblemáticos mais da política do que da gestão econômica propriamente dita, na medida em que esta era amplamente determinada pela política de preços internacionais do petróleo e, através deste, se geria um orçamento consistente que contemplava gastos públicos direcionados aos investimentos em programas sociais, que sob Hugo Chaves cobria um leque amplo de benefícios a população da base da pirâmide. No caso argentino, tais políticas também existem, mas em menor extensão, bem como no Brasil sob Lula (2003-2011), mas que no caso argentino receberá um nome que demarcará todo esse processo, ao tornar popular o qualificativo de “subsidiados” para aqueles que dependiam, de maneira direta, das políticas de investimento social do governo.

Embora os programas sociais e o apoio aos “subsidiados” tenham conferido uma forte identidade de esquerda aos governos desses três países, é importante diferenciá-los no que diz respeito ao amparo financeiro inicialmente fornecido. No caso da Argentina, os recursos provinham da relativa folga orçamentária conquistada por meio da negociação e suspensão dos compromissos da dívida pública argentina. A Venezuela, por sua vez, sustentava seus compromissos quase integralmente com a venda de petróleo, que, durante a maior parte da gestão de Hugo Chávez (1999-2013), foi comercializado a preços elevados. O caso do Brasil, por outro lado, relaciona-se a um período de alta nas commodities negociadas pelo país (como soja, proteínas e setor sucroalcooleiro), mas também ao controle da dívida pública, ao controle rigoroso da inflação e, finalmente, à convergência desses fatores para um crescimento econômico que permitiu o aumento do orçamento público e, conseqüentemente, dos investimentos sociais. Parte significativa desses gastos retornou ao Estado sob a forma de impostos sobre o consumo das famílias, que experimentaram um aumento considerável nesse

período (Mercadante, 2010). No Brasil, havia um controle estrito das condições em que a economia era gerida, incluindo a destinação dos gastos públicos voltados para os programas sociais.

Distinguidas as particularidades de cada uma das conjunturas nacionais desses países, o que os unia em relação a uma nova forma de populismo estava mais relacionado à versão que cada um deles criava sobre si mesmo, por meio de uma releitura do passado nacional. Nesse processo, o caráter libertador dessa nova onda de governos de esquerda, com um forte viés popular, refletia-se tanto nos programas sociais quanto na comunicação direta com o povo, estabelecendo paralelos entre o passado, o presente e o futuro, formando um todo coerente e facilmente assimilável pela maior parte da população. Foram governos que, de maneira massiva, proporcionaram o que, no presente, é conhecido como *narrativas*, as quais cobrem a política, a história e uma nova sociologia política.

No plano conceitual rigoroso, a Venezuela assumiu feições claramente populistas, enquanto a Argentina, com recursos institucionais mais limitados, se restringiu a um populismo econômico (mais identificado com Menem) e social (com a ascensão dos Kirchner). Quanto ao Brasil, o populismo foi mais presente na agenda de pesquisas acadêmicas, especialmente devido às suspeitas de que o programa Bolsa Família tivesse um forte conteúdo clientelístico, conferindo ao governo e ao Partido dos Trabalhadores, à frente da administração, uma margem de manobra significativa em sua comunicação direta com a população, focando diretamente no bolso do cidadão, embora sem fornecer um qualificativo específico como os “*subsidiados*” na Argentina. No entanto, não há consenso sobre a caracterização do governo Lula como populista, e seus críticos não chegaram a classificar seu governo com esse adjetivo. Ainda assim, no momento em que o continente sul-americano aderiu a políticas de esquerda, como uma espécie de onda, a sombra do populismo esteve presente, mas em níveis distintos de atuação, conforme o grau de amadurecimento institucional de cada país e sua correspondente cultura política.

Tendo em vista as diversas possibilidades interpretativas que o conceito de populismo permite lançar a realidade, o momento presente ata mais uma vez o Brasil a uma realidade exterior, dessa vez em um alcance maior e conectado a uma tradição histórica e política diferente da latino-americana.

Um dos vetores do populismo é sua realidade personalista, onde o chefe político pode levar o modelo institucional para uma clivagem ideológica que pode ser distinta de todas as opções disponíveis no momento: foi assim com o Varguismo no Brasil e o Peronismo na Argentina, cuja definição entre direita e esquerda não se estabelece claramente. Já o Chavismo

venezuelano apresentou-se sob uma marcada retórica de esquerda, enquanto no momento atual, o *Trumpismo* nos Estados Unidos e o *Bolsonarismo* no Brasil são inequivocamente associados com uma ampla renovação da direita, que *saiu do armário* (Messenberg, 2017) na última década e veio palmilhando os seus espaços de atuação em nichos da internet, em um movimento crescente, até que em determinado momento ganha as ruas, ocupa espaços, se define abertamente em torno de temas que lhes dão uma identidade política bem definida e passam a amear vitórias eleitorais importantes desde o momento em que encontram o líder personalista que assume as pautas políticas desse novo grupo.

A conceituação e as trajetórias do populismo descritas até o momento permitiriam recorrer ao conceito de *personalismo*, ou até mesmo ao de *mandonismo*, ambos com longa tradição na América Latina. Esses conceitos ajudam a entender movimentos importantes dessa nova onda de direita, que encontrou em Donald Trump e, posteriormente, em Jair Bolsonaro, seus principais porta-vozes. No entanto, no caso de Bolsonaro, surge a incômoda associação com o fascismo. Nesse contexto, é oportuno retomar brevemente os estudos de Ernesto Laclau sobre o tema, com o intuito de elucidar a questão com maior precisão conceitual.

Para Laclau uma questão fundamental da política é o papel da *representação*, muito especialmente como questão elementar para se entender os diversos momentos e fases do populismo. “A função do representante não consiste simplesmente em transmitir a vontade daqueles que ele representa, mas dar credibilidade àquela vontade em um meio diferente daquele em que essa vontade se constituiu originalmente” (Laclau, 2013, p. 232). Utilizando uma linguagem própria das novas mídias digitais e sua relação com a política, pode-se afirmar que Laclau antecipa de forma premonitória a ideia de que o novo líder populista assume a função de conferir credibilidade a uma nova agenda de reivindicações de um grupo específico. Esse líder, no entanto, ultrapassa os limites desse grupo inicial, fazendo com que essas ideias saiam da “bolha” original e se expandam para esferas mais amplas. Em um movimento crescente, essas ideias ganham adesão até se tornarem majoritárias, alcançando, assim, sucesso eleitoral.

Adicionalmente, ele faz considerações sobre o mesmo tema presente no fascismo, chegando às seguintes conclusões: “Mas na teoria fascista esse equilíbrio – o do dirigente com o sujeito – pende definitivamente para o outro lado: a líder precisa forçar seus seguidores a se ajustar àquilo que ele faz” (Id., p. 234).

Em resumo, a teoria de Laclau sobre o populismo leva em consideração, em primeiro lugar, que uma identidade democrática é indistinguível de uma identidade popular:

Todos os componentes estão presentes: a falência de uma ordem puramente conceitual para explicar a unidade dos agentes sociais; a necessidade de articular uma pluralidade de posições ou demandas a se unirem em torno de um centro; e o papel primário do afeto em consolidar essa articulação. A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. Sem a produção de vazios não existe “povo”, não existe populismo, mas também não existe democracia (Id., p. 246).

Ele vai concluir adiante que “O que mudou na democracia, em comparação com os *anciens regimes*, é que nestes a encarnação ocorria em apenas um corpo, enquanto hoje ela transmigra através de uma variedade de corpos” (Id., p. 248). São esses corpos, no plural, com uma existência mais concreta de *povo*, que ocuparão um espaço ampliado na política, conferindo uma nova forma ao modelo. O líder continua sendo importante, porque é o porta-voz e demiurgo de um conjunto de pautas e reivindicações concretas, sentimentais, abstratas, ele *conduz a massa*, mas quando o modelo se recrudescer então surge o cenário em que “o líder precisa forçar seus seguidores a se ajustar àquilo que ele faz” (Id., p. 234) transmudando o modelo em fascismo, ou algo próximo desse cenário.

O léxico conceitual de Laclau é bastante particular e esse cenário de disputa pelo poder e ocupação de espaços recebe do autor uma teorização acerca do que ele chama de produção de *vazio*, o que é mais comumente entendido como *espaço*, que é ocupado permanentemente, não havendo no adagiário dos estudos políticos “espaços vazios”, posto que sempre estão ocupados. Então,

O autor chama de *significante vazio* um conjunto (discursivo) puramente diferencial, cuja totalidade, de certa forma, faz parte de cada “ato individual de significação”. Em outras palavras, *significantes vazios* constituem-se em uma cadeia de discursos articulados entre si que, embora sejam distintos uns dos outros, unem-se, em um determinado momento, formando uma totalidade (unidade) hegemônica (Rodrigues, 2014, p. 767).

De modo que “hegemonia”, nos termos propostos pelo autor, seria: “a operação de assumir, por meio de uma particularidade, um significado universal incomensurável” (Laclau, p. 119-120). É possível entender a concretude dessas definições no chão miúdo da realidade do momento presente se analisarmos um pouco mais detidamente esta que pode ser a terceira onda do populismo.

Quando Rodrigues (2014) chama a atenção na obra de Laclau para o ato individual de significação formando uma cadeia de discursos articulados entre si, fornece uma pista para entender um aspecto importante do Bolsonarismo, que possivelmente fez exatamente isso:

juntou uma série de elementos inicialmente desconexos e deu lhes um mesmo sentido, tais como a crise econômica do governo Dilma; a corrupção especificamente associada ao PT; o antipetismo residual e histórico; a operação lava-jato; o clamor pela honestidade na política; a luta contra a corrupção; a luta contra a criminalidade; a evocação quase ideal de uma eficiência do Estado; a inauguração de uma nova era de prosperidade.

O fato de estarem sendo retiradas algumas dessas bandeiras do colo do bolsonarismo, impulsiona o seu líder-governante a buscar novos elementos para lhe substituir, mantendo a maioria eleitoral: capitanear os programas sociais rebatizando-os; perseguir os desavisados que se envolveram em corrupção durante a pandemia e a luta contra a quarentena, protegendo o comércio. Assim, “sentimentos vagos de solidariedade” vão se cristalizando em “identidade discursiva” e o *chefe* que é porta-voz de um grupo que se pretende maioria, vai exigir dela que se conduzam como seguidores e que se ajustem às exigências que periodicamente são renovadas sob forma de pauta política e de agenda de lutas. O aliado de ontem se torna o traidor de amanhã; o discurso que o elege transmuta-se a qualquer momento em um cadáver insepulto.

Considerações finais

Além de descrever três momentos marcantes do populismo, o texto propõe duas ideias que merecem ser retomadas em momento oportuno. A primeira é a de que o populismo se desenvolve na América Latina como uma possibilidade de modernização, viabilizada pela mudança de eixo dos mecanismos de dominação: do antigo colonialismo europeu para o capitalismo financeiro norte-americano. A segunda questão refere-se à correlação entre o populismo e o patrimonialismo, uma vez que ambos promovem certos progressos, mas tendem a se “congelar” e se tornam obstáculos a novos avanços, especialmente no fortalecimento da sociedade civil organizada. Por essas razões, ambos recebem, em grande parte, uma leitura conceitual e acadêmica bastante negativa.

Nesse sentido, entender o populismo é fazer permanentemente um movimento histórico, de idas e vindas, entre política e economia, para compreender a América Latina em suas especificidades e dilemas, seus desacertos, mas também as retomadas aceleradas de movimento em busca de um futuro mais moderno.

REFERÊNCIAS

- AMSDEN, A. H. **A ascensão do resto**, os desafios ao Ocidente de economias de industrialização tardia. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- ARRIGHI, G. **O Longo século XX**, dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto 2013
- BATISTA JR, P. N. Argentina: uma crise paradigmática. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 44, jan-abr 2002.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COHN, A. “A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania”. *In*: MOTA, C. G. Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) - a grande transação. São Paulo: Editora SENAC 2000.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: INL/José Olympio Editora, 1971.
- LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas: 2013.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. O município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-omega. 1986.
- LIMA, M. S. Debatendo os conceitos de cultura e modernidade: história e conceitos no pensamento social brasileiro. Universidade do Minho - Portugal. **Revista Configurações**, Porto, v. 3, p. 131-148, 2007.
- LIMA, M. S. “Patrimonialismo”. *In*: BARRETO, Vicente de Paulo. (Org.). **Dicionário de Filosofia Política**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010, p. 384-386.
- MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo, análise do Governo Lula**. 2010. Tese (doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- MESSENBURG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**. [S. l.], v.32, n. 3, p. 621-648, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922017000300621&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 07 set. 2020.
- RANGEL, C. **Do bom selvagem ao bom revolucionário**. Brasília: Editora UNB, 1981.
- RODRIGUES, L. P. As razões do populismo. **História, Ciências, Saúde- manguinhos**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 765-770, jun. 2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TELLA, T. S. di. 1983. "Populismo e reforma na América Latina" *In*: CARDOSO, F. H.; ESTEVAM, M., C. **Política & Sociedade**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1983.

VIANNA, Francisco de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Populações Rurais do Centro-Sul. Paulistas-Fluminenses- Mineiros. 7. Ed. Belo Horizonte/ Niterói: Itatiaia/EDUFF, 1987. (Coleção Reconquista do Brasil, vol. 107).

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradeço a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, especialmente à equipe da Pró-reitoria de Pós-graduação, pelo apoio ao meu Projeto Institucional de Pesquisa, intitulado “2021 - PT, PSDB e as eleições presidenciais. Análise de uma homologia”.

Financiamento: Não há.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não foi necessário ser submetido ao Comitê de Ética.

Disponibilidade de dados e material: Não estão disponíveis para acesso. Trata-se de trabalho inédito.

Contribuições dos autores: Este trabalho possui um único autor.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

